



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XIV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO
PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 2ª ETAPA
Cuiabá – Mato Grosso

17 de fevereiro de 2008

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 2 (duas) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico www.trt23.gov.br.
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 20.02.2008, a partir das 16 horas, na sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político Administrativo.

COMISSÃO DE CONCURSO

DIREITO CIVIL

1. Dadas as proposições, assinale a alternativa CORRETA:

- I - antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito;
 - II - nas obrigações de não fazer, em caso de urgência, poderá o credor desfazer ou mandar desfazer o ato, a cuja abstenção se obrigara o devedor, independentemente de autorização judicial, sem prejuízo de eventual ressarcimento;
 - III - não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários;
 - IV - a obrigação que tem o condômino de contribuir para a conservação ou divisão do bem comum, assim como a obrigação dos proprietários de imóveis vizinhos de concorrer para as despesas de construção de tapumes divisórios, são exemplos, segundo a doutrina, das chamadas obrigações *propter rem*.
- a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas a proposição I está incorreta;
 - c) apenas a proposição II está incorreta;
 - d) apenas a proposição III está incorreta;
 - e) apenas a proposição IV está incorreta.

2. Xistus, alpinista, dias depois de iniciada a escalada do Monte Everest – face norte – manteve o último contato informando que estava gravemente ferido e sem oxigênio suplementar, além de outras sérias dificuldades (tempestades, avalanches etc.). Depois disso, apesar do empenho das equipes de salvamento, Xistus não foi localizado, concluindo-se as buscas 30 dias após o último contato. No caso hipotético, à vista do direito vigente, marque a alternativa CORRETA.

- I - depois de esgotadas as buscas e averiguações, poderá ser declarada a morte presumida de Xistus, sem a decretação de sua ausência, devendo a sentença fixar a data provável de seu falecimento;
- II - o cônjuge de Xistus, desde que não esteja separado judicialmente ou de fato, por mais de dois anos antes da decretação da ausência, será nomeado o seu legítimo curador;
- III - a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á a abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se Xistus falecido fosse;
- IV - dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- c) apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- d) apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- e) apenas as proposições I, II e IV estão corretas.

3. Dadas as proposições, assinale a alternativa CORRETA:

- I - pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções legais. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer essa medida o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau;
- II - são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, além dos pródigos;
- III - decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;
- IV - se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso, decaindo em três anos o direito de anular essas decisões quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
 - a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas as proposições I, II e III estão corretas;
 - c) apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
 - d) apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
 - e) apenas as proposições I, II e IV estão corretas.

4. Analise as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

- I - são causas que interrompem a prescrição, dentre outras: o protesto cambial; qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor ou, ainda, qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor, sendo certo que, a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez;
- II - a interrupção da prescrição produzida contra o devedor principal não prejudica o fiador. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados;
- III - não corre a prescrição, dentre outras hipóteses: contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados, dos Municípios e de suas autarquias, fundações ou das empresas públicas, ou, ainda, entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

IV - A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas as proposições I e II e IV estão corretas;
- c) apenas as proposições II e III estão corretas;
- d) apenas as proposições I, III e IV estão incorretas;
- e) apenas as proposições I e IV estão corretas.

5. Analise as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

I - em relação aos bens reciprocamente considerados, consideram-se pertencentes os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro;

II - podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse a metade do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial;

III - extingue-se o bem de família com a morte de ambos os cônjuges, sobrevivendo a maioria dos filhos, desde que não sujeitos a curatela;

IV - o bem de família, quando instituído pelos cônjuges ou por terceiro, depois de registrado no Cartório de Registro de Imóveis, é absolutamente impenhorável.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

6. Assinale a alternativa CORRETA:

I - a exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*) é inerente aos contratos bilaterais;

II - a doação pode ser revogada por ingratidão do donatário. Contudo, nesse caso, não se pode renunciar antecipadamente o direito de revogá-la;

III - é nulo o contrato de compra e venda quando um dos contratantes se encarrega de fixar, unilateralmente, o preço da coisa;

IV - a doação feita a nascituro é válida, transmitindo desde logo a propriedade do bem doado.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

7. Assinale a alternativa CORRETA:

- I - da personalização das sociedades empresárias decorre o princípio da autonomia patrimonial, que é um dos elementos fundamentais do direito societário; em razão desse princípio, os sócios, em regra, não respondem pelas obrigações da sociedade;
- II - a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial;
- III - a onerosidade excessiva que fundamenta a cláusula rebus sic stantibus implica a impossibilidade superveniente de cumprir a obrigação;
- IV - em matéria de responsabilidade civil, o Código Civil, como regra geral, considera a teoria da responsabilidade subjetiva, embora alguns autores admitam que, com o novo texto, a regra geral seria a da teoria da responsabilidade objetiva.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

8. Dadas as proposições abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- I - a incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos;
 - II - fusão é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro;
 - III - transformação é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova que lhes sucederá em direitos e obrigações;
 - IV - a cisão de empresa não implica, necessariamente, na extinção da sociedade cindida, já que a cisão poderá ser parcial.
- a) todas as opções estão corretas;
 - b) apenas três opções estão corretas;
 - c) apenas duas opções estão corretas;
 - d) apenas uma opção está correta;
 - e) todas as opções estão incorretas.

9. Assinale a alternativa CORRETA:

- I - de acordo com o Código Civil, o juiz pode, de ofício, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela confusão patrimonial, ou pelo desvio de finalidade, decidir que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;
 - II - na sociedade cooperativa, a responsabilidade do cooperado será sempre limitada ao valor de sua quota social;
 - III - a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, salvo por herança, é uma das características da sociedade cooperativa;
 - IV - nos termos do Código Civil, na sociedade limitada os sócios poderão contribuir para a formação do capital social com bens, dinheiro, crédito e serviços.
- a) todas as opções estão corretas;
 - b) apenas três opções estão corretas;
 - c) apenas duas opções estão corretas;
 - d) apenas uma opção está correta;
 - e) todas as opções estão incorretas.

10. Analise as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

- I - sendo resolutive a condição, enquanto esta não se realizar, não se perfectibilizará o negócio jurídico;
 - II - em relação aos defeitos do negócio jurídico, ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
 - III - na compra e venda de imóveis, na modalidade *ad mensuram* (por medida), o comprador tem direito a complementação da área ou a redução do preço, se a respectiva área não corresponder às dimensões dadas, ao contrário do que ocorre na modalidade de compra e venda *ad corpus* (coisa certa), que não haverá complemento de área, nem devolução de excesso;
 - IV - são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.
- a) todas as opções estão corretas;
 - b) apenas três opções estão corretas;
 - c) apenas duas opções estão corretas;
 - d) apenas uma opção está correta;
 - e) todas as opções estão incorretas.

DIREITO PROCESSO CIVIL

11. Em relação à ação rescisória, dadas as proposições marque abaixo a alternativa CORRETA:

- I - há erro de fato quando a sentença admite fato inexistente ou quando considera inexistente fato efetivamente ocorrido, o qual poderá ser demonstrado na própria ação rescisória, mediante a produção de outras provas;
 - II - na ação rescisória, nas hipóteses do art. 485 do CPC, haverá sempre dois pedidos distintos: o juízo rescindente e o juízo rescisório;
 - III - os fundamentos discriminados no art. 485 do Código de Processo Civil são taxativos, mas a previsão legal comporta interpretação extensiva, de modo que a referência à confissão, prevista no inciso VIII, abrange também a hipótese de reconhecimento da procedência do pedido, não mencionado;
 - IV - o Ministério Público tem legitimidade para propor ação rescisória quando a sentença impugnada é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei, e quando a sentença de mérito violar literal disposição de lei;
 - V - a violação de literal disposição de lei pode decorrer tanto de error *in iudicando* como de error *in procedendo*.
- a) F – V – F – F – V;
 - b) F – F – V – F – V;
 - c) V – F – F – F – V;
 - d) F – F – V – F – F;
 - e) F – V – V – V – V.

12. Xistus ajuíza demanda em relação a Marcus perante o Juizado Especial Cível, cujo pedido foi julgado improcedente pelo juízo de 1º grau. Dessa decisão, Xistus interpôs recurso, a qual foi mantida pela Turma Recursal. Caso Xistus não se conforme com essa decisão, poderá:

- a) interpor recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, sob a alegação de que foi violada a lei federal;
- b) ingressar com ação rescisória após o trânsito em julgado da decisão;
- c) interpor recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de que foi violada a Constituição Federal;
- d) interpor recurso de apelação para o Tribunal de Justiça, sob a alegação de que a Turma Recursal não apreciou corretamente a matéria de fato;
- e) as alternativas “a” e “c” estão corretas, dependendo da matéria discutida naquele processo – se constitucional ou infraconstitucional.

13. Ação monitória movida pela Confederação Nacional da Agricultura contra agricultor, buscando pagamento de contribuição sindical, perante a Justiça Comum Estadual. O feito foi extinto sem o julgamento do mérito. Contra tal decisão a CNA apelou. Com finsas no parágrafo 3º do artigo 515 do CPC, o Tribunal de Justiça julgou o mérito da demanda favoravelmente à CNA. Diante de tal julgamento, interpôs, agora o agricultor, recurso especial ao STJ, que foi remetido à referida Corte. Nesse interregno, foi promulgada a Emenda Constitucional n. 45/2004, que deu nova redação ao art. 114 da CF. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o STJ deve suscitar o conflito de competência ao STF;
- b) o STJ deve remeter os autos ao TST, eis que esse seria incompetente para julgar tal matéria desde o julgamento do conflito de competência 7.204-1-MG, pelo STF, em 29.06.2005;
- c) o STJ deve julgá-lo, já que a decisão de mérito foi proferida pelo Tribunal de Justiça;
- d) o STJ deve julgá-lo, já que o Juiz de Direito Estadual foi quem julgou a demanda sem a apreciação do mérito;
- e) a Justiça do Trabalho é incompetente para julgar demandas de cobrança de contribuições sindicais

14. As testemunhas obrigatoriamente serão arroladas pelas partes e intimadas da audiência. Sempre que a testemunha não comparecer à audiência designada será coercitivamente conduzida.

- a) as afirmativas estão, em parte, corretas. Efetivamente o arrolamento das testemunhas é obrigatório e a intimação facultativa. Porém, se ausente alguma delas, independentemente da intimação ou não, resultará no adiamento da audiência, já que, naquele momento nada poderá ser feito;
- b) as afirmativas estão corretas, pois as testemunhas devem ser arroladas e intimadas para a audiência de instrução. Se ausentes, serão conduzidas à força;
- c) as afirmativas estão, em parte, corretas. Assim como a intimação, o arrolamento das testemunhas pelas partes é uma faculdade. O não comparecimento da testemunha importará no adiamento da audiência. Ensejará a condução coercitiva somente quando a testemunha foi intimada;
- d) as afirmativas estão, em parte, corretas. As testemunhas deverão obrigatoriamente ser arroladas pelas partes no prazo legal. A intimação, contudo, não é obrigatória. Só as testemunhas intimadas que não comparecerem à audiência designada, sem motivo justificado, serão conduzidas à força.
- e) as afirmativas estão incorretas. Ao contrário do proposto na questão, o arrolamento das testemunhas é facultativo e a intimação obrigatória. Depois, nem sempre a testemunha ausente será conduzida coercitivamente.

15. O momento processual próprio para argüir a contradita é:

- a) a qualquer tempo, desde que antes de proferida a sentença;
- b) logo após a apresentação do rol de testemunhas;
- c) após a qualificação da testemunha, mas antes do compromisso legal;
- d) após o compromisso legal e antes do início do depoimento;
- e) a qualquer tempo, desde que antes de começar o depoimento.

16. Marque a alternativa correta. A chamada “Teoria da Asserção” está relacionada:

- a) às condições da ação;
- b) aos requisitos da petição inicial – causa de pedir;
- c) à natureza jurídica da ação;
- d) aos pressupostos processuais – capacidade da parte;
- e) aos pressupostos processuais – competência do juízo.

17. Dadas as proposições, assinale alternativa CORRETA:

- I - a sentença de natureza declaratória declara a existência ou inexistência de uma relação jurídica ou a autenticidade e falsidade de um documento, produzindo efeitos "*ex tunc*";
 - II - é irrecorrível a decisão monocrática do relator que determine a conversão do agravo de instrumento em agravo retido e que decida sobre a antecipação dos efeitos da tutela recursal ou a concessão de efeito suspensivo ao recurso;
 - III - compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido em processo trabalhista;
 - IV - além dos quesitos originários e dos complementares, as partes podem ofertar outros quesitos, denominados pela doutrina de “quesitos elucidativos”, que são destinados a explicar pontos do laudo que não tenham ficado claros ou que demandem esclarecimentos posteriores;
 - V - o juiz poderá ser responsabilizado civilmente quando se recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte, se essa não for determinada, no prazo de 10 dias, a contar do requerimento.
- a) V – V – F – V – V;
 - b) V – V – V – V – V;
 - c) F – V – V – F – F;
 - d) F – V – V – F – V;
 - e) V – F – F – V – V.

18. Dadas as proposições, assinale a alternativa CORRETA em relação à liquidação de sentença:

- I - nas ações que objetivam o ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre e de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, processadas sob o procedimento sumário, é defeso a prolação de sentença ilíquida, cumprindo ao juiz, se for o caso, fixar de plano a seu prudente critério, o valor da indenização;
 - II - poderá o juiz valer-se do contador do juízo, quando a memória do cálculo apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda. Nesta hipótese, se o devedor não concordar com os cálculos feitos, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador;
 - III - é defeso, na liquidação de sentença, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou;
 - IV - da decisão de liquidação de sentença caberá agravo de instrumento.
- a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas a proposição II está incorreta;
 - c) apenas as proposições II e IV estão incorretas;
 - d) apenas as proposições I e III estão incorretas;
 - e) apenas a proposição IV está incorreta.

19. Quanto à execução, é CORRETO afirmar:

- I - do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado, ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, possibilitando o oferecimento de embargos à execução, no prazo de 10 dias;
 - II - se o devedor, depois de citado, não efetuar o pagamento da dívida e não oferecer bens à penhora, o exequente poderá indicar livremente os bens a serem penhorados;
 - III - não sendo requerida a execução no prazo de um ano, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento posterior atendendo ao pedido da parte;
 - IV - quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, deverá declarar desde logo o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar dessa impugnação, a qual terá efeito suspensivo.
- a) todas as proposições estão incorretas;
 - b) apenas a proposição I está correta;
 - c) apenas a proposição II está correta;
 - d) apenas a proposição III está correta;
 - e) apenas a proposição IV está correta.

20. Sobre o Processo de Execução, assinale a alternativa CORRETA:

- I - na execução de título extrajudicial, o executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos à execução, os quais serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação;
- II - no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá o executado requer o parcelamento do restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês;
- III - adjudicados ou alienados os bens penhorados, pode o executado, no prazo de 05 (cinco) dias, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios;
- IV - o executado será citado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida. Na hipótese, se integral o pagamento, a verba honorária será reduzida pela metade.
 - a) todas as opções estão corretas;
 - b) apenas três opções estão corretas;
 - c) apenas duas opções estão corretas;
 - d) apenas uma opção está correta;
 - e) todas as opções estão incorretas.

21. Assinale a alternativa CORRETA:

- I - em relação aos pressupostos processuais, é correto afirmar que são requisitos necessários à existência e validade da relação jurídica processual, sendo classicamente classificados como subjetivos e objetivos;
- II - a citação por hora certa quando o réu for procurado em seu domicílio ou residência, não sendo encontrado e havendo suspeita, pelo oficial de justiça, de ocultação, com intimação de qualquer pessoa de sua família;
- III - conforme prevê o CPC, as exceções de impedimento e de suspeição contra o Juiz serão dirigidas ao Tribunal competente, com petição escrita e instruída com os documentos necessários, inclusive o rol de testemunhas, se for o caso;
- IV - conforme prevê o CPC, comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade da citação e sendo esta decretada, considerar-se-á citado na data em que o réu ou seu advogado for intimado da decisão que decretou a nulidade.
 - a) todas as proposições estão corretas;
 - b) apenas a proposição I está incorreta;
 - c) apenas a proposição II está incorreta;
 - d) apenas a proposição III está incorreta;
 - e) apenas a proposição IV está incorreta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

22. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro “a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados”. Essa afirmação retrata o princípio:

- a) da legalidade;
- b) da supremacia do interesse público;
- c) da moralidade;
- d) da eficiência;
- e) da impessoalidade.

23. Determinado servidor foi aposentado por invalidez. Posteriormente, uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria. O retorno à atividade desse servidor aposentado se dará por meio:

- a) da readaptação;
- b) da reversão;
- c) da reintegração;
- d) da recondução;
- e) do aproveitamento.

24. Sobre a teoria dos motivos determinantes assinale a alternativa CORRETA:

- a) pela teoria dos motivos determinantes, os motivos que determinam a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, não integram a validade do ato;
- b) pela teoria dos motivos determinantes, uma vez enunciado pelo agente os motivos que se calçou, ainda quando a lei não haja expressamente imposto a obrigação de enunciá-los, o ato só será válido se estes realmente ocorreram e o justificavam;
- c) pela teoria dos motivos determinantes a lei sempre exigirá que o agente fundamente sua decisão, independentemente do ato ser discricionário ou vinculado;
- d) pela teoria dos motivos determinantes a lei sempre enunciará, previamente, os motivos ensejadores da prática do ato;
- e) não se aplica a teoria dos motivos determinantes aos atos discricionários.

25. Sobre o ato administrativo assinale a alternativa CORRETA:

- I - a perfeição do ato administrativo está ligado a sua aptidão para produzir efeitos. Assim, perfeito é o ato que produz efeitos que lhe são próprios;
- II - ato administrativo complexo é aquele que gera efeitos abstratos, ou seja, atinge a um número ilimitado de pessoas;
- III - todo ato proveniente da Administração Pública consubstancia-se em um ato administrativo;

IV - a presunção de legitimidade é um atributo do ato administrativo pela qual se presume que sua edição ocorreu em conformidade com as prescrições legais.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

26. Sobre os poderes administrativos responda a alternativa INCORRETA:

- a) os atos vinculados estão sujeitos ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário uma vez que a própria lei fixa a competência, formalidades e demais requisitos essenciais para a sua prática;
- b) embora ao administrador seja dada certa margem de liberdade para a prática dos atos discricionários é possível o seu controle de legalidade pelo Poder Judiciário, não sendo permitido, contudo, a substituição do discricionarismo do administrador pelo do juiz;
- c) o poder disciplinar é sempre vinculado, aplicando-se o princípio da pena específica, ou seja, para a validade do ato punitivo há a necessidade da conduta faltosa estar anteriormente prevista em lei;
- d) a delegação e avocação de funções são decorrentes do poder hierárquico;
- e) o poder regulamentar é uma faculdade atribuída aos Chefes do Executivo.

27. Dadas as proposições abaixo, aponte a alternativa CORRETA.

I - o servidor público que deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo incide em improbidade administrativa, ainda que esse ato não causa prejuízo ao erário ou importe em enriquecimento ilícito;

II - o agente público que adquirir, para si ou para outrem, no exercício do mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional a evolução de seu patrimônio ou renda comete ato de improbidade administrativa e está sujeito, entre outras penalidades, a suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos;

III - os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstos em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

IV - somente as condutas dolosas podem caracterizar ato de improbidade administrativa.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

28. Servidor público federal pretende candidatar-se ao cargo eletivo de vereador. Analise e assinale a alternativa CORRETA:

- a) não há possibilidade de um servidor público federal candidatar-se para um cargo eletivo municipal;
- b) se eleito, poderá cumular as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horário;
- c) se eleito, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;
- d) se eleito, necessariamente terá que optar entre a remuneração do cargo de vereador ou as vantagens do cargo na administração pública;
- e) se eleito, ainda que haja compatibilidade de horário terá que afastar-se do cargo ocupado na administração pública para dedicar-se exclusivamente às atribuições do cargo eletivo.

29. O servidor titular de cargo de provimento efetivo da União poderá aposentar-se com proventos integrais:

- a) voluntariamente, aos sessenta anos de idade e trinta de contribuições, se homem;
- b) voluntariamente, aos cinquenta anos de idade e trinta de contribuições, se mulher;
- c) por invalidez permanente, em qualquer caso;
- d) compulsoriamente, aos setenta anos de idade;
- e) por invalidez permanente, se decorrente de acidente em serviço.

30. Sobre os bens públicos, assinale a opção CORRETA:

- I - uma reserva indígena é um bem público de uso comum;
 - II - os bens públicos de uso comum são inalienáveis, não sendo possível, portanto, a concessão a um particular da exploração de uma rodovia sem que antes tenha havido a sua desafetação;
 - III - um lago que banhe dois Estados da Federação é um bem público pertencente aos respectivos Estados, salvo se não for navegável e localizado integralmente em propriedade particular;
 - IV - uma reserva de petróleo localizada integralmente em um Estado é um bem público dominical pertencente ao respectivo Estado.
- a) todas as opções estão corretas;
 - b) apenas três opções estão corretas;
 - c) apenas duas opções estão corretas;
 - d) apenas uma opção está correta;
 - e) todas as opções estão incorretas.

31. “Ato administrativo discricionário e precário pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço, ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência prévia da Administração” (Hely Lopes Meirelles). Trata-se do conceito de:

- a) autorização;
- b) permissão;
- c) aprovação;
- d) licença;
- e) homologação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

32. Sobre a relação previdenciária, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações;
- b) considera-se inscrição de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social;
- c) presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição “*post mortem*” do segurado especial;
- d) para os segurados obrigatórios, a filiação à previdência social decorre da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição.
- e) a inscrição do segurado ao Regime Geral da Previdência não exige limite máximo de idade.

33. Sobre o crédito previdenciário reconhecido em demanda trabalhista, e de acordo com a legislação pertinente, aponte a alternativa CORRETA.

- a) a atualização do crédito devido à Previdência Social observará a aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na qual já estão embutidos os juros;
- b) o acordo celebrado após a sentença, ainda que não transitada em julgado, não prejudicará os créditos da União;
- c) na demanda trabalhista, a apuração do crédito devido à previdência inclui, como salário-de-contribuição, os juros referentes a mora no pagamento dos direitos trabalhistas e as multas incluídas em acordo ou sentença;
- d) as contribuições devidas ao INSS, pagas em atraso, ficam sujeitas aos juros de 0,5% ao mês, a partir do ajuizamento da ação trabalhista e correção monetária desde a época em que exigível o crédito trabalhista;
- e) a atualização do crédito devido à Previdência segue os mesmos parâmetros adotados para os créditos trabalhistas em geral, observando-se a TRD (Taxa Referencial Diária) acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e a de seu efetivo pagamento.

34. Sobre as contribuições previdenciárias, na demanda trabalhista, analise as proposições e responda:

- I - de acordo com a Lei de custeio da Previdência Social, o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma legal, prescreve em 05(cinco) anos;
 - II - o Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União sobre a conta de liquidação, quando o valor total das verbas que integram o salário-de-contribuição ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico;
 - III - conforme entendimento dominante no STF, a contribuição previdenciária não tem natureza tributária, razão por que não é aplicável o Código Tributário nacional, com relação ao prazo prescricional;
 - IV - na Justiça do Trabalho, as contribuições previdenciárias, tanto a cota do empregado quanto a do empregador, devem ser calculadas mês a mês, aplicando-se as alíquotas legais, observado, em qualquer dos casos, o limite máximo do salário de contribuição.
- a) todas as opções estão corretas;
 - b) apenas três opções estão corretas;
 - c) apenas duas opções estão corretas;
 - d) apenas uma opção está correta;
 - e) todas as opções estão incorretas.

35. Analise os seguintes benefícios previdenciários:

- I - abono de permanência em serviço;
- II - salário-família;
- III - auxílio-acidente;
- IV - salário-educação.

Sabendo-se que ao trabalhador doméstico é assegurada sua integração à previdência social, a ele será concedido os benefícios previstos nas opções:

- a) em nenhuma das opções;
- b) somente nas opções II e III;
- c) somente na opção II;
- d) somente na opção III;
- e) em todas as opções.

36. Determinado reclamado, produtor rural, pessoa física, celebra acordo com trabalhador perante a Justiça do Trabalho, no valor de R\$800,00, a título de remuneração. Reconhecem que a relação era de trabalho eventual, sem vínculo empregatício. Neste caso é CORRETO afirmar:

- a) é devida contribuição previdenciária, cota do produtor rural, pois este contribui sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho;
- b) é devida contribuição previdenciária, cota do produtor rural, pois este contribui sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços;
- c) não há incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração que foi paga pelo produtor rural ao trabalhador, por meio do acordo judicial;
- d) é devida, pelo produtor rural, a contribuição previdenciária, cota trabalhador, pois o desconto da contribuição e da consignação legalmente determinado sempre se presumirá feito, oportuna e regularmente, pelo tomador da mão-de-obra;
- e) serão exigíveis ex-officio as contribuições sociais devidas em decorrência da homologação de acordo, inclusive sobre os remunerações pagas durante o período contratual reconhecido, ainda que não tenham sido objeto do acordo.

37. De acordo com o regulamento da previdência, NÃO integra o salário-de-contribuição do empregado:

- a) o acréscimo constitucional de um terço sobre férias;
- b) as diárias para viagem de qualquer valor;
- c) o salário-maternidade;
- d) a remuneração do aviso prévio trabalhado ou indenizado;
- e) as férias vencidas e proporcionais (não gozadas), pagas na rescisão contratual, bem como o respectivo adicional constitucional (1/3).

38. Sobre o salário-família é CORRETO afirmar:

- a) o salário-família é devido ao segurado empregado, inclusive o doméstico;
- b) salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, após decorrido o período de carência fixado em lei;
- c) o salário-família é calculado com base no salário-de-benefício;
- d) salário-família do trabalhador avulso depende do número de dias trabalhados no mês, devendo o seu pagamento ser proporcional aos dias trabalhados;
- e) quando o pai e a mãe são segurados empregados ou trabalhadores avulsos, ambos têm direito ao salário-família.

39. Determinado empregado, não doméstico, mantinha dois vínculos de emprego distintos e ficou definitivamente incapacitado para as atividades de um deles, por motivo de doença comum, sujeita ao período de carência. Neste caso é CORRETO afirmar:

- a) desde que cumprida a carência, o auxílio-doença será concedido em relação à atividade para a qual o segurado estiver incapacitado, considerando-se para efeito de carência as contribuições relativas a qualquer das atividades, valendo para este efeito as que efetivadas primeiro;
- b) desde que cumprida a carência e constatada a incapacidade definitiva, o auxílio-doença poderá ser transformado em aposentadoria por invalidez, em relação ao vínculo para o qual estiver incapacitado;
- c) o período de carência do auxílio-doença é contado a partir da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, mesmo que os recolhimentos das contribuições previdenciárias não tenham sido feitos;
- d) o período de carência do auxílio-doença é contado da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para esse fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores;
- e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

40. De acordo com o Regime Geral de Previdência Social, a pensão por morte do segurado, devida ao cônjuge ou companheiro supérstite:

- a) cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias ou constituir nova união estável;
- b) não cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias ou constituir nova união estável, sendo permitido o recebimento de mais de uma pensão deixada por cônjuge/companheiro;
- c) cessa o pagamento do benefício sempre que o pensionista tornar-se economicamente independente;
- d) cessa o pagamento do benefício apenas pela morte do pensionista;
- e) cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias, constituir nova união estável ou falecer, não sendo possível, o recebimento conjunto da pensão com qualquer outro benefício previdenciário.

41. De acordo com a legislação previdenciária, considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho:

- I - a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual;
- II - a data do início da incapacidade laborativa ou, se for o caso, dia da segregação compulsória;
- III - o dia em que for realizado o diagnóstico;
- IV - o dia em que emitida a Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT).

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

42. Conforme legislação previdenciária depende sempre de carência o pagamento do benefício:

- a) auxílio-doença.
- b) pensão por morte.
- c) auxílio-reclusão.
- d) auxílio-acidente.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

43. Sobre a solução de controvérsias surgidas entre os Estados-partes do Mercosul, analise as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

- I - a solução das controvérsias surgidas entre os Estados-partes sobre a interpretação, aplicação ou descumprimento do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, de protocolos, acordos, das decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretivas da Comissão de Comércio do Mercosul observará ao disposto no Protocolo de Olivos, o qual derogou o Protocolo de Brasília;
- II - surgida uma controvérsia os Estados-partes procurarão resolvê-la mediante negociações diretas. As negociações diretas não poderão, salvo acordo entre as partes, exceder um prazo de quinze dias a partir da data em que uma delas comunicou a outra da decisão de iniciar a controvérsia;
- III - não havendo solução da controvérsia mediante negociações diretas, ou sendo esta apenas parcial, qualquer dos Estados-partes em conflito poderá submetê-lo, após comunicar a Secretaria Administrativa do Mercosul, a um procedimento arbitral. Será constituído um Tribunal Arbitral *ad hoc* composto de três árbitros, sendo que cada Estado em conflito designará um árbitro e ambos, de comum acordo, designarão o terceiro árbitro, que será o presidente;
- IV - qualquer das partes em controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão ao Tribunal Permanente de Revisão contra o laudo do Tribunal Arbitral *ad hoc* em um prazo não superior a quinze dias a partir da data de sua notificação. O recurso será limitado às questões de direito tratadas na controvérsia e às interpretações jurídicas desenvolvidas no laudo do Tribunal Arbitral *ad hoc*.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

44. Sobre a Convenção n. 138 da Organização Internacional do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a Organização Internacional do Trabalho, por meio da Convenção n. 138, disciplinou a obrigatoriedade do estabelecimento pelos países que a ratificarem de uma idade mínima para a admissão a emprego ou trabalho, a qual não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos;
- b) o País-membro, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos;
- c) não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem;
- d) o País-membro que ratificar a Convenção n. 138 da OIT, independentemente do grau de desenvolvimento de sua economia e condições administrativas, não poderá limitar sua aplicação à determinadas atividades;
- e) as leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves, desde que não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento e não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida.

45. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) *dumping* social pode ser entendido como a venda de produtos no mercado internacional a preço “anormal”, excessivamente baixo, cuja obtenção somente foi possível em face das condições precárias de trabalho utilizadas em sua fabricação;
- b) “cláusula social” é uma prática *antidumping* que objetiva impor sanções aos países que não cumprem os direitos trabalhistas fundamentais;
- c) “selo social” é a certificação de que determinados produtos foram produzidos por um país que respeita as normas internacionais do trabalho;
- d) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição efetiva do trabalho infantil; e, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação fazem parte da Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- e) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

DIREITO COMERCIAL

46. Analise as proposições abaixo:

- I - de acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica o Comandante da Aeronave é responsável por sua operação e segurança, contudo, não é responsável, no que se refere à tripulação, pelo cumprimento da regulamentação profissional no tocante ao limite da jornada de trabalho, limites de vôo, intervalo de repouso e fornecimento de alimentos;
 - II - a função remunerada a bordo de aeronaves nacionais é privativa de titulares de licenças específicas, emitidas pelo Ministério da Aeronáutica e reservada a brasileiros natos ou naturalizados;
 - III - no serviço aéreo internacional poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o número não exceda 1/3 (um terço) dos comissários a bordo da mesma aeronave;
 - IV - a função não remunerada, a bordo de aeronave de serviço aéreo privado pode ser exercida por tripulantes habilitados, independente de sua nacionalidade
- a) todas as opções estão corretas;
 - b) apenas três opções estão corretas;
 - c) apenas duas opções estão corretas;
 - d) apenas uma opção está correta;
 - e) todas as opções estão incorretas.

47. Sobre o Código de Defesa do Consumidor assinale a alternativa CORRETA:

- I - a SDI-II do TST, ao interpretar o artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor, editou a Orientação Jurisprudencial n. 130 que dispõe: “para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal”;
- II - o Código de Defesa do Consumidor classifica os interesses ou direitos coletivos como sendo transindividuais de natureza indivisível de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fato;
- III - é concorrente a legitimidade para a propositura de ação coletiva em defesa dos interesses e direitos dos consumidores, cabendo fazê-lo o Ministério Público; a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; as entidades e órgãos da administração pública, direta e indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC; e, as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano, desde que tenham sido autorizadas em assembléia destinada a esse fim.

IV - no caso de ação coletiva para a defesa de interesses ou direitos difusos a sentença sempre fará coisa julgada *erga omnes*.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

48. Sobre os títulos de crédito assinale a alternativa INCORRETA:

- a) no caso do cheque, feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência. Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da menor quantia;
- b) endosso em preto é aquele em que se faz consta a nomeação do endossatário;
- c) depois de emitido o conhecimento de transporte ou *warrant* os gêneros e mercadorias que lhes correspondam não poderão sofrer embaraço que prejudique a sua livre e plena disposição, salvo no caso de perda ou extravio desses títulos;
- d) o endosso transmite todos os direitos resultantes do cheque. Se o endosso é em branco, pode o portador transferir o cheque a um terceiro, sem completar o endosso e sem endossar;
- e) a ação de execução do cheque prescreve em seis meses contados da data de sua emissão.

49. Sobre o representante comercial autônomo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) mesmo se a falta de pagamento resultar de insolvência do comprador, bem como se o negócio vier a ser por ele desfeito ou for sustada a entrega de mercadorias devido à situação comercial do comprador, capaz de comprometer ou tornar duvidosa a liquidação será devida a comissão ao representante comercial;
- b) não pode ser representante comercial a pessoa que não puder ser comerciante;
- c) a denúncia, por qualquer das partes, sem causa justificada, do contrato de representação, ajustado por tempo indeterminado e que haja vigorado por mais de seis meses, obriga o denunciante, salvo outra garantia prevista no contrato, à concessão de pré-aviso, com antecedência mínima de trinta dias, ou ao pagamento de importância igual a um terço das comissões auferidas pelo representante, nos três meses anteriores;
- d) a condenação definitiva do representante pela prática de crime considerado infamante constitui justo motivo para a rescisão do contrato de representação comercial pelo representado;
- e) salvo autorização expressa, não poderá o representante conceder abatimentos, descontos ou dilações, nem agir em desacordo com as instruções do representado.

50. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o próprio devedor poderá requerer sua falência;
- b) os créditos decorrentes de acidente de trabalho até o limite de cento e cinquenta salários mínimos têm prioridade na classificação dos créditos falimentares;
- c) a competência para decretar a falência é do juízo do domicílio do credor que a requerer;
- d) as obrigações a título gratuito não são exigíveis do devedor na recuperação judicial, mas o são na falência;
- e) as microempresas e as empresas de pequeno porte não estão sujeitas à recuperação judicial.